



*Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 18, n. 3  
(Melhores Trabalhos do CBBB 2022), p. 1-12  
[Eixo 7 – VI Fórum de Bibliotecas Públicas](#)

## Biblioteca pública no Brasil: lugar habitado?

Public library in Brazil: an inhabited place?

### Daniele Achilles

Doutora em Memória Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente do Departamento de Biblioteconomia e dos Programas de Pós-Graduação em Biblioteconomia (UNIRIO) e em Memória Social (UFRJ).  
E-mail: [daniele.achilles@unirio.br](mailto:daniele.achilles@unirio.br)

### Renata Oliveira da Silva

Mestranda em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professora do Governo do Estado do Rio de Janeiro.  
E-mail: [renataoliveirasilva@gmail.com](mailto:renataoliveirasilva@gmail.com)

## RESUMO

Esta comunicação aborda a situação da biblioteca pública no Brasil, descortinando a relação entre conceito, função e uso. Questiona a partir da proposição de uma reflexão se essa instituição é habitada/apropriada por parte dos sujeitos. Para dar conta de abrir espaço para discussão retoma a perspectiva da biblioteca pública como lugar antropológico ou não-lugar exposto por Silva, Achilles e Sabbag (2022). Atrela a biblioteca pública como um espaço que deve proporcionar, essencialmente, a convivência e o desenvolvimento do indivíduo. A pesquisa se define como social, exploratória, qualitativa porque suscita possibilidades para a ampliação do entendimento acerca da construção da relação entre biblioteca pública e comunidade. Enfatiza o conceito e as perspectivas atreladas às funções dessas instituições. Problematisa brevemente os conceitos com vistas na apropriação espaço-temporal, considerando a construção social identitária, tanto dos sujeitos, quanto das instituições. Conclui que a concepção da biblioteca pública como lugar habitado remete a construção de uma instituição que se projeta dentro do campo de percepção da população, transformando-se em espaço apropriado que integra a dimensão imaginária, afetiva e simbólica dos sujeitos. Inserindo-se, deste modo, no campo de escolhas deste sujeito e colocando-se na direção oposta ao esvaziamento identitário próprio de espaços desprovidos de sentido.

**Palavras-chave:** Biblioteca Pública. Biblioteca Pública – Conceito. Biblioteca Pública – Lugar habitado. Biblioteca Pública – Não-lugar. Biblioteconomia Pública.

## ABSTRACT

This paper addresses the situation of the public library in Brazil, unveiling the relationship between concept, function and use. It questions from the proposition of a reflection whether this institution is inhabited/appropriated by the subjects. To make room for discussion, it takes up the perspective of the public library as an anthropological place or non-place exposed by Silva, Achilles and Sabbag (2022). It links the public library as a space that should provide, essentially, the coexistence and development of the individual. The research is defined as social, exploratory, qualitative because it raises possibilities for expanding the understanding about the construction of the relationship between public library and community. It emphasizes the concept and the perspectives linked to the functions of these institutions. It briefly discusses the concepts with a view to space-time appropriation, considering the social construction of identities, both of the subjects and of the



institutions. It concludes that the concept of the public library as an inhabited place refers to the construction of an institution that projects itself into the field of perception of the population, becoming an appropriate space that integrates the imaginary, affective and symbolic dimension of the subjects. Thus, it is inserted in the field of choices of this subject and is placed in the opposite direction to the emptying of identity typical of spaces emptied of meaning.

**Keywords:** Public Library. Public Library - Concept. Public Library - Inhabitedplace. Public Library - Non-place. Public Library Science.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo de sua construção histórica no Brasil, principalmente a partir do século XX, a biblioteca pública tem a conceituação das suas funções elaboradas almejando tornar-se um local democrático. Em busca dessa construção, as distintas publicações dos Manifestos da IFLA/UNESCO (1949; 1972; 1994; 2022) sobre as bibliotecas públicas colocam-se como referência para que pesquisadores e bibliotecários conciliem a teoria e a realidade das necessidades informacionais brasileiras e os serviços prestados pelas bibliotecas públicas. Somadas a outros campos de conhecimentos, funções e missões para bibliotecas públicas são indicadas como alternativas para que a instituição seja efetivamente “porta de entrada para o conhecimento” como preconiza a edição do Manifesto de 1994 e é reiterado pela última versão publicada em 2022.

Contudo, constata-se que a biblioteca pública ainda não goza de reconhecimento entre a população brasileira, conforme apontado pela última edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2020), seja nas suas potenciais funções, seja no uso do seu espaço físico.

Assim, faz-se necessário refletir acerca do distanciamento vigente entre a instituição biblioteca pública no Brasil e a população, considerando as funções destinadas à biblioteca ao longo da construção da sua trajetória nacional e concebendo a relevância da biblioteca pública como espaço público que deve ser ocupado. Em vista disso, o objetivo dessa comunicação é propor uma reflexão em torno da biblioteca pública brasileira ao indagar se ela está sendo habitada/apropriada por parte dos sujeitos.

Para compor a discussão em torno da apropriação da biblioteca pública pelo indivíduo e pela comunidade foi necessário atrelar ao entendimento da perspectiva do lugar antropológico ou não-lugar exposto por Silva, Achilles, Sabbag (2022), remetendo à



concepção de biblioteca pública como espaço que proporciona, essencialmente, a “convivência e o desenvolvimento do indivíduo”.

Ademais, essa comunicação foi estruturada a partir da apresentação da função da biblioteca pública com base em algumas elaborações teóricas desenvolvidas por pesquisadores em âmbito nacional. Desse modo, é essencial entender o processo de identificação e construção da relação entre o conceito biblioteca pública (dotado de suas funções e usos) e da memória e como esse conceito reverbera ao longo da sua constituição no Brasil. Assim, para compreender a representação atual da biblioteca pública, como também a falta de aderência e ressonância social em muitos lugares do país, optou-se por estabelecer uma seleção de textos, que, sob o olhar dos especialistas brasileiros em bibliotecas, espelha o contributo teórico que ancora a ideiação da biblioteca pública no Brasil.

## **2 MÉTODO DA PESQUISA**

Este estudo se define como uma pesquisa social, classificada como exploratória, uma vez que seu objetivo é suscitar possibilidades para o melhor entendimento da construção da relação entre biblioteca pública e a comunidade, com vistas na compreensão sobre o impacto social que elas poderiam causar. Para tanto, a pesquisa utiliza como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica, tendo como base o material que vem sendo utilizado nos estudos junto ao Grupo “Bibliotecas, Memória e Resistência”<sup>1</sup>, além do que já foi desenvolvido por outros pesquisadores e publicado em livros e artigos (GIL, 2002).

## **3 BIBLIOTECA PÚBLICA: PAPÉIS, FUNÇÕES E PROJEÇÕES**

Os diversos papéis ou funções projetados para as bibliotecas públicas ao longo da construção da sua história no Brasil têm como referência o Manifesto da IFLA/UNESCO

---

<sup>1</sup> Grupo de Pesquisa Bibliotecas, Memória e Resistência, certificado pelo CNPq, disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/553141>.



sobre Bibliotecas Públicas. A publicação dos Manifestos, a partir de 1949, promoveu a importância do estabelecimento da instituição na construção do desenvolvimento democrático da sociedade, apontando caminhos para a biblioteca pública em relação ao seu conceito e suas missões. Embora não tenha força de lei, o Manifesto é de extrema relevância por ser difundido como uma diretriz internacional na orientação de projetos bibliotecários e tem se mostrado basilar na construção dos discursos de bibliotecários e de pesquisadores.

A literatura referencial no contexto nacional indica que a biblioteca pública tem sido tradicionalmente retratada com diversas funções: educativa, informativa, cultural e recreativa, como apontam Andrade e Magalhães (1979). Nesse sentido, as funções são “inter-relacionadas e não podem ser também desvinculadas das atividades das demais instituições educativas, culturais e recreativas, que desempenham papel relevante para a comunidade” (ANDRADE; MAGALHÃES, 1979, p. 57). Assim, as funções, de acordo com as autoras, não são excludentes entre si, mas requerem a necessidade do estabelecimento de forma clara dos objetivos e das funções dessa instituição para que haja efetivamente uma ação que vise à instauração da biblioteca pública no Brasil. Do contrário, discurso generalista e a falta de planejamento podem levar à ignorância de problemas e acarretar o mau desempenho da instituição por não a aproximar da vivência dos indivíduos.

Com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937, a Seção das Bibliotecas obteve grande destaque pelo registro de bibliotecas ao longo do território nacional e pela distribuição de livros. Oliveira (1994, p. 60) afirma que as ações do Estado Novo em relação às bibliotecas, na figura do INL, não inovaram nas funções delegadas a estas instituições, ao contrário, reforçou “sua função armazenadora, preservadora de obras” quando conferiu a ela a “guarda da cultura nacional oficial”.

A política de expansão de bibliotecas idealizada pelo INL não buscou um plano que estruturasse quais seriam as funções das bibliotecas públicas ou ações que aproximassem a população brasileira da instituição. Achilles (2018, p. 99) aponta que as políticas “foram construídas hierarquicamente, de cima para baixo, sem a consulta da sociedade e, nem sequer, de agentes sociais que poderiam opinar sobre a feitura delas”. E em um país que historicamente sempre precisou enfrentar a questão do analfabetismo e das deficiências educacionais da população, seria essencial que o processo de construção das bibliotecas



públicas brasileiras contemplatesse a população como um todo, olhando para suas dificuldades de forma que diminuíssem o distanciamento entre indivíduos e instituição.

Na perspectiva educacional, historicamente, a biblioteca pública teve a sua atuação mesclada com a biblioteca escolar, devido a pouca implantação desta última e a falta de elaboração de leis de incentivo e/ou obrigatoriedade à criação desse tipo de biblioteca. Salienta-se que atualmente é esperado o cumprimento da lei nº 12244/10 de Universalização das Bibliotecas Escolares, mas esse processo ainda caminha de forma morosa em muitos municípios do país. Como consequência desta implementação, a possibilidade real de investimento nas bibliotecas escolares pode significar o estreitamento da relação da população com a instituição bibliotecária e a formação de público que pode se estender a outros tipos de bibliotecas.

Oliveira (1994) esclarece que o caráter educacional da biblioteca pública vinculado aos aspectos de aprendizagem escolar tomou forma a partir da década de 1970, com a lei nº 5.692/71, que modificou a estrutura de ensino brasileiro. Assim, a biblioteca pública adquire uma função educacional não formal, de amparo ao estudante. Milanesi (1983, p. 54) declara que isso ocorreu porque os “estabelecimentos de ensino não dispunham de bibliotecas em condições mínimas de uso”. Para este autor, essa mudança concedeu à biblioteca pública outra configuração alterando “a ideia de biblioteca pública e, através de medidas oficiais, deu esse novo papel a ela”. (MILANESI, 1983, p. 55). Essa fusão de funções concede outro aspecto à biblioteca pública, alterando o seu conceito básico e, conseqüentemente, interfere na construção da sua representação frente à população, refletindo na maneira que é apropriada por ela.

A biblioteca pública como centro de cultura teria a sua função ampliada e dinamizada nos seus serviços. Mesmo diante de escassos investimentos públicos ao longo do tempo e o pouco caso dos governantes, a biblioteca, afirma Milanesi, é “o espaço mais frequente identificado com Cultura” (MILANESI, 2003, p. 42) e “o único lugar da Cultura na maioria dos municípios brasileiros” (MILANESI, 2003, p. 43). Entretanto, é necessário destacar que o conceito de cultura é complexo e associá-lo à instituição bibliotecária interfere diretamente na relação com a comunidade na medida em que forem desconsiderados os valores e dinâmicas locais, o que poderia atribuir à biblioteca pública um aspecto de espaço conformador.



O professor Emir Suaiden (2000) destaca que a integração com a comunidade é essencial para que seja definido o papel da biblioteca pública na sociedade da informação, pois “a biblioteca pública perde cada vez mais prestígio e poder, deixando de ser o grande centro disseminador da informação, por tentar “ser tudo para todos” (p. 57). Ao elaborar a sua argumentação, Suaiden (2000) frisa a importância do estudo de usuários e comunidades para que as necessidades informacionais da população sejam estabelecidas. Assim, com base nessa discussão, surge o questionamento que norteia esse estudo: a biblioteca pública é um lugar habitado?

#### **4 BIBLIOTECA PÚBLICA: LUGAR HABITADO?**

As mudanças tecnológicas, comunicacionais, sociais (entre outras) ocorridas na sociedade nas últimas décadas acarretam modificações também no comportamento do público e, por conseguinte, exigiu uma série de mudanças no modo de organização das instituições, principalmente naquelas que têm suas atividades diretamente associadas ao contato com as pessoas, como as bibliotecas públicas. Assim, considerar tais alterações contribui para que as bibliotecas estejam de acordo com as necessidades e as demandas da comunidade em que está inserida.

A pesquisa Retratos da Leitura (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2020) buscou reunir dados que revelassem a percepção e uso dos entrevistados em relação às bibliotecas. O resultado apresentado indica a assimetria entre a percepção da população e as possibilidades de funcionalidades da biblioteca. De acordo com o respondido pelos entrevistados, a biblioteca pública tem as suas principais representações de uso associadas às atividades tradicionais. Para a população, a biblioteca representa essencialmente local de empréstimos de livros, local para estudar, um lugar para estudantes, ou seja, atividades associadas à vida estudantil e muito pouco para o lazer e encontros, por exemplo.

Em outro item, a pesquisa aponta dados sobre a percepção e o uso das bibliotecas, 68% dos entrevistados disseram não possuir o hábito de frequentar uma biblioteca e entre os não frequentadores, 29% afirmaram que nada os faria frequentar. Percebe-se,



neste ponto, que há uma escolha do não usuário em manter-se distante da instituição. E neste ponto questiona-se como a biblioteca pública tem se apresentado para o público e, em especial, para aquele não público que afirmou que frequentar uma biblioteca não é uma opção.

Para o antropólogo Marc Augé (2012a), as rápidas mudanças que aconteceram na sociedade alteraram nossa relação com o tempo, com o espaço e com o outro. Essas transformações interferem na relação do indivíduo com os espaços, bem como nos vínculos que ali se estabelecem, pois é a partir desta dinâmica que o indivíduo atribui significado aos espaços. Assim, sob a ótica das relações vão sendo produzidos os não-lugares ou os lugares antropológicos (SILVA; ACHILLES, SABBAG, 2022).

Nesta perspectiva, entende-se que a biblioteca pública é um espaço que favorece as relações comunitárias e individuais, apresentando-se como lugar antropológico quando o vínculo entre as partes é construído ou como não-lugar quando não há o estabelecimento desse relacionamento. Assim, habitar ou não habitar o espaço, neste caso a biblioteca pública, revela-se dentro do campo de escolhas do indivíduo que entenderá esse lugar como território apropriado ou não às suas necessidades.

O relacionamento entre o indivíduo e o espaço habitado pode gerar obrigatoriamente o fortalecimento desse elo, conduzindo assim, formas de identificação, afirmação de identidades e vínculos, possibilitando a conexão entre os comuns e os diferentes, o compartilhamento de práticas sociais e, ainda, a construção de uma memória comunitária. No entanto, o que geraria a necessidade, na atualidade, ou seja, na supermodernidade definida por Auge (2012), da geração desses vínculos?

No âmbito dos estudos culturais, Stuart Hall (2005) afirma sobre a questão da identidade tem sido analisada no âmbito da Teoria Social. Hall (2005, p.7) indica:

[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada 'crise de identidade' é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.



Refletindo sob a perspectiva de Stuart Hall, o sujeito fragmentado, as instituições esfaceladas, tudo isso é reflexo do capitalismo globalizado. Enquanto Augé (2012b) elabora questionamentos sobre “os fatos, as instituições, os modos de reagrupamento (de trabalho, de lazer, de residência [enfim, de vida]), os modos de circulação específicos do mundo contemporâneo são passíveis de um olhar antropológico?”. Este autor coloca ainda que, sob um ponto de vista antropológico, a vida social está associada a modos de agrupamentos e de hierarquizações e, nesse sentido, as relações, os hábitos e os comportamentos vão sendo moldados.

No que concerne às hierarquizações, relações, hábitos e práticas, o filósofo francês Michel Foucault, que refletiu sobre os mecanismos de poder, faz uma série de elaborações teóricas a respeito da sociedade disciplinar e de regulamentação, sendo essa última denominada por Gilles Deleuze (2013) como sociedade de controle. Tanto a sociedade disciplinar de Foucault (1987; 1997; 2006), quanto a sociedade de controle de Deleuze (2013) apresentam uma versão para modulação das práticas sociais e a ‘definição’ do tecido social. Os autores destacam a importância da investigação da produção de subjetividade e, é por meio dela, que dispositivos disciplinares e de controle são instaurados, visando a produção de corpos (sujeitos) dóceis (úteis). Um espaço esquadrihado pelo poder conforme coloca Foucault (1987).

A partir dessa articulação, o relacionamento entre sujeito e espaço não se coloca como uma simples escolha – habitá-lo ou não, no entanto, essa escolha pode ser pautada na influência que os mecanismos de poder geram na construção dos modos de vida e, conseqüentemente, das práticas sociais, das identidades e dos vínculos. Assim, no esquadrihamento espacial provocado pelos mecanismos de poder é possível encontrar o seguinte questionamento: qual o ‘lugar’ do lugar antropológico ou do não-lugar na produção dos modos de vida? É plausível pensar sobre a existência de uma postura relacional diante do habitar ou não o espaço? Ou, ainda é aceitável refletir sobre a desconexão entre as práticas vivenciadas pelos indivíduos com seu entorno?

Tantos e tantos questionamentos podem suscitar agenciamentos teóricos, agregando a dimensão do poder à análise proposta nesta comunicação. Desse modo, ao retomar às teorias de Marc Augé (2012), reafirmando a importância da compreensão do termo ‘supermodernidade’, vale destacar que ela é composta por excessos a partir de três



representações que afetam as identidades e as referências para o constructo social: o tempo, o espaço e o próprio indivíduo. As três categorias também são vistas por Foucault e Deleuze. As figuras de excesso em Augé (2012), assim como as mudanças nos modos de produção de subjetividade em Foucault e Deleuze apontam para a velocidade e a fluidez na construção dos processos cotidianos relacionados à invenção dos modos de vida, conforme alerta, por outra perspectiva, Stuart Hall.

Achilles (2018) afirma que a velocidade e a fluidez dos processos sociais, moldados pela estrutura político-econômica geram mudanças no campo da experiência e vivência. Ao entender a biblioteca pública como um espaço de experiências e vivências, a autora, em certa medida, anuncia que existem possibilidades criativas de escapar aos mecanismos do poder e suas imposições.

As bibliotecas públicas enquanto instituições sociais e de memória interferem na organização, nos agrupamentos, bem como nas hierarquizações sociais. Isso significa dizer que o espaço quando apropriado pelos indivíduos gera influências nas formações identitárias individuais e coletivas. A apropriação no espaço-tempo social, em maior ou menor grau, corresponde a diferentes modos de organização. Mas, o que leva esse indivíduo fragmentado, fruto da modernidade, do capitalismo, da globalização, da aceleração do tempo, da massiva mediação tecnológica a não procurar sentido no ambiente institucional? Muitos arriscariam dizer, por motivos óbvios, que o motivo se deve as facilidades do mundo da internet. Afinal, lá é o meio onde se pode obter tudo o que se quer. Mas, o que os indivíduos querem de fato?

Talvez, seja possível dizer que eles querem um mundo dependente de vazios espaciais e tempos encurtados movido a curtidas, compartilhamentos, filtros, *fake news*? Ou ainda assim, a urgência seria a substituição dos espaços de sociabilidade? A questão norteadora desta comunicação, em linhas gerais problematiza a demarcação de espaços, territórios, lugares como públicos e correlacionados a questão da representação do tempo. E, para, além disso, quando o conceito, a função e os usos das bibliotecas públicas são questionados, a falta de aderência e de ressonância social devem ser levadas em consideração nos estudos e reflexões, mas, esse seria retornar ao ponto crucial: investigar quem é o sujeito informacional na supermodernidade, e, como ele escolhe habitar o lugar antropológico ou transformá-lo em um não-lugar?



Ao apontar a questão da escolha é razoável pressupor que indivíduo ative a capacidade ou a possibilidade de optar entre alternativas apresentadas. Com relação a isso, são tantos os espaços ofertados para essa escolha ao longo da vida do sujeito quanto a reunião de informações que este sujeito precisa acumulara fim de possibilitar que esta escolha ocorra de forma satisfatória. Analisando historicamente a construção da biblioteca pública no Brasil, nota-se que não basta apenas a construção de bibliotecas se estas não vierem acompanhadas de políticas públicas para que sejam efetivamente habitadas não significando apenas números que crescem ou diminuem. Desse modo, para que elas se coloquem no campo de escolhas do cidadão.

Nesse sentido, as escolhas do cidadão também levam a uma marcação identitária que pode ser imposta ou não. Portanto, a concepção da biblioteca pública como lugar habitado remete a construção de uma instituição que se projeta dentro do campo de percepção da população, transformando-se em espaço apropriado que integra a dimensão imaginária, afetiva e simbólica dos sujeitos. Habitar apresenta-se como apropriação dos espaços, estabelecendo uma relação de identificação e pertencimento com estes indivíduos e com a comunidade. Assim, se insere no campo de escolhas deste sujeito e coloca-se na direção oposta ao esvaziamento identitário próprio de espaços desprovidos de sentido na atualidade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a questão da aderência da biblioteca pública no Brasil frente população percorre diversas perspectivas que abrangem as mudanças sociais que são verificadas na sociedade no século XXI. Foram percorridas nesta comunicação, algumas das funções dedicadas à biblioteca pública ao longo da sua construção com a finalidade de descortinar as dinâmicas presentes no transcorrer deste desenvolvimento e, como determinados aspectos podem subsidiar a compreensão da percepção da população diante deste equipamento na atualidade.

No tocante ao uso desses espaços e à identificação que o sujeito vai estabelecendo ao longo da sua trajetória foi possível perceber que, para entender a construção da representação social da biblioteca pelo potencial usuário, enquanto sujeito que escolhe



ou não se apropriar desse espaço é plausível conceder a esta discussão uma ampliação de horizonte. Desta forma, permitindo o alargamento do entendimento sobre a construção social, com vistas na relação que é estabelecida do sujeito com o lugar que ocupa ou não. Assim, reitera-se a necessidade de reflexão dos profissionais e pesquisadores da área de Biblioteconomia Pública respeito das dimensões teóricas sobre a biblioteca, beneficiando-se de outros campos do conhecimento. Ademais, reitera-se o entendimento da biblioteca pública como espaço democrático, território de vivências e experiências, isto é, como lugar antropológico, de existência essencial nos dias atuais.

## REFERÊNCIAS

ACHILLES, Daniele Dutra da Rosa. **Bibliotecas públicas brasileiras sob a perspectiva da memória e experiência**. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Teses/Tese90.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

ANDRADE, Ana Maria Cardoso de; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. Objetivos e funções da biblioteca pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 8, n. 1, 1979. Disponível em: <https://Brapci.inf.br/index.php/res/v/77377>. Acesso em: 20 mar. 2022.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: uma introdução a antropologia da supermodernidade**. 9. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012a.

AUGÉ, Marc. **Para onde foi o futuro?** Campinas, SP: Papyrus, 2012b.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. **Conversações**. 3. ed. Tradução Peter Pál Pelbert. São Paulo: Ed. 34, 2013. (Coleção TRANS).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Resumos dos cursos do collège de France: 1970 – 1982**. Tradução Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Organização Manoel Barros da Motta. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos e Escritos, IV).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.



INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Instituto Pró-livro, 2020. Disponível em: [https://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/09/5a\\_edicao\\_Retratos\\_da\\_Leitura\\_no\\_Brasil\\_IPL-compactado.pdf](https://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/09/5a_edicao_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_IPL-compactado.pdf). Acesso em: 20 mar. 2022.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

MILANESI, Luís. **A casa da invenção**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca 'fora do tempo': políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937 – 1989**. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/1437>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SILVA, Renata Oliveira da; ACHILLES, Daniele Dutra da Rosa; SABBAG, Deise MariaAntonio. Biblioteca pública e o lugar de si e do outro: lugar antropológico ou não-lugar? **Palavra clave (La Plata)**, Buenos Aires, v. 11, n. 2, abr. 2022. Disponível em: <https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/pce158>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SUAIDEN, Emir. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2, 2000. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/19166>. Acesso em: 10 mar. 2022.

UNESCO. **The publiclibrary: a living force for popular education**. 1949. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147487>. Acesso em 10 mar. 2022.

UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**. 1972.

UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

UNESCO. **Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022**. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 20 nov. 2022.